



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de móveis sob medida destinados ao Centro Educacional Professor José Arlindo Winter, em atendimento a Emenda Impositiva do Estado de SC n. 1655/2022 – Educação e recursos próprios do orçamento geral da Educação, conforme relação abaixo:

Item	Quant.	Und.	Especificação dos Itens	R\$ Unit.	R\$ Total
1	1	Un	Armário em MDF 205cm de comprimento x 60cm de profundidade e altura de 105cm com chapa MDF 50mm no tampo superior e demais 20mm, 4 portas de correr com puxador. Sapata com pé regulável.	3394,67	3394,67
2	1	Un	Armário em MDF 320cm de largura x 64cm de profundidade com altura de 124cm. em chapas MDF de 20mm, 5 gavetas na parte esquerda com abertura superior medindo cada uma 80cm de largura x 58cm de profundidade e 17cm de altura. ao lado, 3 divisórias na horizontal com 80cm de largura e 60 de profundidade dispostas nas seguintes medidas da base para parte superior: 1ª divisória na base do móvel, 2ª divisória a 38cm de distância da 1ª, a 3ª divisória a 38cm de distância da 2ª e a 38cm do tampo no topo do móvel. na direita 2 colunas de prateleiras com 8 prateleiras cada coluna removíveis e ajustáveis com as seguintes medidas: 75cm de largura x 60cm de profundidade e espaçamento de 10cm entre as prateleiras, 3 portas de correr com puxador tipo friso. Sapata com pé regulável.	6782,67	6782,67
3	1	Un	Armário em MDF de 110cm largura x 54cm profundidade e altura de 270 cm com chapas MDF de 20mm sem portas, com 1 divisória na vertical localizada no meio do armário e com 5 divisórias na horizontal dispostas da base para a parte superior nas medidas que seguem: 1ª divisória na base do móvel, 2ª divisória a 65cm de distância da 1ª, a 3ª divisória a 35cm de distância da 2ª, a 4ª divisória a 65cm de distância da 3ª, a 5ª divisória a 35cm de distância da 4ª divisória e a 58cm de distância do tampo da parte superior. sapata na base com pé regulável.	2370,33	2370,33
4	2	Un	Armário em MDF de 210cm de largura x 54cm de profundidade e altura de 270cm com chapas MDF de 20mm sem portas. com 3 divisória na vertical localizadas a 50cm de distância entre ambas e com 5 divisórias na horizontal dispostas da base para a parte superior nas medidas que seguem: 1ª divisória na base, 2ª divisória a 67cm de distância da 1ª, a 3ª divisória a 35cm de distância da 2ª, a 4ª divisória a 65cm de distância da 3ª, a 5ª divisória a 37cm de distância da 4ª divisória e a 56cm de distância do tampo da parte superior sapata com pé regulável.	3399,00	6798,00



5	1	Un	Armário em MDF em formato "I" de 270cm largura x 260cm largura x 60cm profundidade e altura de 100cm com chapas MDF 20mm, composto com 8 portas de abrir com puxador parafusado e chaves individuais. Na parte interna 2 divisórias na horizontal dispostas nas seguintes medidas da base para a parte superior: 1ª na base do móvel, a 2ª a 43cm de distância da 1ª e a 43cm de distância do tampo superior sapata com pé regulável.	2604,67	2604,67
6	4	Un	Armário MDF de 120cm de largura x 30cm de profundidade com altura de 136cm com chapas de MDF 20mm. Sem porta. Com 4 divisórias na horizontal dispostas nas seguintes medidas da base para a parte superior: a 1ª divisória na base do móvel, a 2ª divisória a 33cm de distância da 1ª, a 3ª divisória a 31cm de distância da 2ª, a 4ª a 31cm de distância da 3ª e a 31cm de distância do tampo superior. sapata com pé regulável.	1790,33	7161,32
7	4	Un	Armário MDF de 220cm de largura x 35cm de profundidade com altura de 100cm, chapas MDF de 20mm. Com 1 divisória na vertical localizada no meio do móvel e 3 divisórias dispostas na horizontal em forma de expositor de livros com leve inclinação para frente e com aparador frontal de 7cm, nos seguintes locais da base para a parte superior do móvel: a 1ª divisória na base do móvel, a 2ª divisória no meio do móvel e a 3ª divisória na parte superior do móvel. Sapata com pé regulável.	2597,83	10391,32
8	1	Un	Armário/balcão conjugado em MDF, 302cm de largura x 50cm de profundidade e alturas assim divididas: 1 - na esquerda (135cm de largura x 50cm de profundidade e 170cm de altura) na direita (163cm de largura x 50cm de profundidade e 79cm de altura. Chapa do tampo superior em MDF 30mm e demais de 20mm. na parte esquerda 5 gavetões para pastas suspensas distribuídas da base até o topo do móvel medindo 42cm de largura x 30cm de altura. Ao lado, 3 divisórias na horizontal dispostas nas seguintes medidas: da base até o topo do móvel, 1ª na base do móvel, a 2ª divisória a 79cm da 1ª divisória a 3ª divisória a 38cm da 2ª divisória e a 38cm do topo do móvel. Na parte intermediária porta de abrir e na direita porta de correr todas com puxador tipo friso. Sapata com pé regulável. A esquerda (armário) medindo 135cm de largura x 35cm de profundidade 302x35cm e altura variável de 170cm e 79cm. Chapa superior MDF de 30mm e demais de 20mm. Gavetões para pastas conforme foto anexa na esquerda, na parte intermediária porta de abrir e na direita portas de correr, todas com puxador tipo friso. sapata com pé regulável. (ver pdf item 11)	6872,67	6872,67
9	1	Un	Mesa em MDF de 300x100cm e altura de 74cm, tampo superior em MDF de 30mm. 10 pontos de tomadas com tampa embutidos, alinhados e distribuídos uniformemente no centro do tampo de MDF. Estrutura de suporte metálico fabricada com tubo de espessura 1,5mm e pintura epóxi,	2663,33	2663,33



			proteção plástica, PVC ou borracha nos pés para não riscar piso		
10	1	Un	Mesa em MDF de 370cm x 62cm e altura de 74 cm, chapas de MDF verticais de 20mm a cada 120 cm na parte inferior ao tampo, tampo superior em MDF de 30mm e fundo de 20mm. 6 pontos de tomadas com tampa embutidos no MDF localizadas e distribuídas uniformemente no fundo do tampo superior. Sapata com pé regulável.	2360,33	2360,33
11	1	Un	Mesa para computador em MDF de 160 de largura x 60cm de profundidade e altura de 75cm com tampo superior em chapa MDF de 25mm e demais com chapa MDF 20mm, 3 gavetas de 41cm de largura x 60cm profundidade x 12cm altura e com puxadores parafusados localizadas na parte inferior esquerda do móvel. Pés em estrutura metálica fabricada com tubo de espessura 1,5mm em pintura epóxi, proteção plástica, PVC ou borracha nos pés para não riscar piso. Pés metálicos conforme existente no local.	2640,67	2640,67
Total				54.039,98	

1.2. Os preços mencionados acima são considerados como máximos, caso a empresa apresente proposta superior, a mesma será desclassificada, e não passará para a etapa de lances.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição de móveis sob medida para ambientes do Centro Educacional Professor José Arlindo Winter se faz necessário, pois após a reforma e ampliação da referida Escola, novos espaços foram criados e dentro dos mesmos, precisa ser feito a reorganização e devida armazenagens de jogos e materiais pedagógicos. Atualmente a Escola não tem sala e nem armário para armazenar e guardar jogos como os jogos de xadrez.

Na biblioteca faltam espaços para guardar e melhor organizar os livros de literatura. Na sala dos professores, dois armários precisaram ser descartados, pois foram afetados por uma inundação sofrida ainda, nos últimos meses do ano de 2023, e por consequência os professores estão sem local para guardar seus materiais didáticos e pedagógicos. Ainda na sala dos professores, está sendo usada de forma improvisada, uma mesa com conectores elétricos (tomadas) para o carregamento das baterias dos notebooks dos professores. Com a aquisição dos móveis descritos, será possível equipar nossos espaços pedagógicos e de aprendizagem (sala de aula, corredores, biblioteca e sala dos professores), proporcionando um ambiente mais organizado, acolhedor e seguro para toda comunidade escolar.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e decreto n. 112/2024.



4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

- 4.1. A entrega deverá ocorrer em até **45 (Quarenta e cinco) dias corridos**, contados da emissão/envio da Autorização de Fornecimento (AF) devidamente encaminhada pelo Município de Peritiba através de endereço de correio eletrônico (e-mail).
- 4.2. A licitante vencedora deverá deslocar-se até o Centro Educacional Professor José Arlindo Winter para tirar as medidas, de todos os itens, pois as mesmas são somente aproximadas e os mesmos devem ser fabricados sob medida.
- 4.3. O prazo de vigência do contrato que se originará deste processo de licitação terá vigência a partir de sua assinatura até 31/12/2024.

5. VALOR ESTIMADO

- 5.1. O custo estimado total da presente contratação é de **\$ 54.039,98 (Cinquenta e quatro mil, trinta e nove reais e noventa e oito centavos)**.
- 5.2. O custo estimado foi apurado a partir de pesquisa de preço constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado ou mediante consulta ao Subsistema de Preços Praticados – SISPP do SIASG, conforme o caso.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 6.1. As despesas decorrentes do presente contrato integram as dotações orçamentárias do orçamento do MUNICÍPIO DE PERITIBA.

Órgão Orçamentário: 5000 – SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

Unidade Orçamentária: 5010 – Departamento de Educação

Ação: 1.17 – Aquisição de Veículos, Mobiliários e Equipamentos – Ensino Fundamental

Despesa: 4.4.90.00.00 – FR 0001 - Aplicações Diretas

Despesa: 4.4.90.00.00 – FR 0058 - Aplicações Diretas

Despesa: 4.4.90.00.00 – FR 0954 - Aplicações Diretas

Dados das entidades/órgãos ligados à administração municipal direta:

MUNICÍPIO DE PERITIBA

CNPJ: 82.815.085/0001-20

Rua Frei Bonifácio, 63, Centro / CEP: 89750-000 – Peritiba SC

7. RECEBIMENTO, CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO

- 7.1. Os bens serão recebidos:
- Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
 - Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.



7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

7.4. O pagamento efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega/instalação, contados do recebimento definitivo, da apresentação e aceitação da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão contratante.

7.4.1. O pagamento só poderá ser efetuado após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado.

7.4.2. A nota fiscal deverá estar de acordo com a Nota de Empenho/Autorização de fornecimento, indicando o serviço prestado ou objeto entregue, quantidade, preço unitário, preço total e número da autorização de fornecimento.

7.4.3. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, em conta corrente de titularidade da contratada, cujos dados (banco, agência, n. da conta), deverão ser informados pela proponente na Nota Fiscal.

7.4.3.1. Caso não seja mencionado na Nota Fiscal os dados bancários da empresa, o pagamento será por meio de boleto bancário.

7.4.4. Por força do contido no Decreto Federal n. 7.507, de 27 de junho de 2011, para pagamento dos valores devidos, a empresa preferencialmente deverá manter conta corrente no Banco do Brasil S.A., ou em caso de a conta ser de outra instituição bancária, as tarifas decorrentes da transferência, serão descontados dos valores devidos ao fornecedor.

7.5. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei n. 9.032/95.

7.6. Deverão estar explícitos, no que couber, nas notas fiscais ou faturas, ou em outro documento que os acompanhe, quais os valores das retenções a serem efetuadas em favor da Previdência Social, dos tributos federais e dos municipais, bem como a declaração de opção pelo Simples Nacional, conforme § 1º do Art. 31 da Lei n. 8.212/91 e IN/SRF n. 480, de 15/12/2004.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada obriga-se a:

8.1.1. Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

8.1.2. Responder integralmente pelas obrigações contratuais em qualquer caso em que os empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

8.1.3. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

8.1.4. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

8.1.5. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto, respondendo por si e por seus sucessores.



- 8.1.6. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.
- 8.1.7. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.
- 8.1.8. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.
- 8.1.9. Recolher o ISSQN devido na base territorial da execução dos serviços.
- 8.1.10. Aceitar a fiscalização dos serviços por parte da CONTRATANTE.
- 8.1.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.1.12. Exigir dos órgãos requisitantes, a autorização de fornecimento para a efetiva liberação dos materiais solicitados.
- 8.1.13. A contratada deverá, quando requerido pela Secretaria solicitante e/ou Gestor de Contratos, apresentar Planilha de Custos de formação do preço (salário base dos colaboradores vinculados a execução dos serviços (unitário e total) bem como adicionais, benefícios, insumos, encargos trabalhistas e sociais, custos indiretos, tributos e lucros), quantidade de pessoal alocado para execução do contrato, relação dos materiais usados na execução dos serviços, marca/modelo e quantitativo, conforme previsto no Anexo I do Edital.
- 8.1.14. A contratada obriga-se a fornecer o objeto especificado na Cláusula Primeira de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório citado ao preâmbulo onde, como todos os documentos da Licitação e especificados pelo MUNICÍPIO DE PERITIBA, passam a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição.
- 8.1.15. A contratada se obriga a atender integralmente todas as legislações/obrigações vigentes pertinentes as atividades e/ou produtos por ela comercializados, podendo ser solicitado a qualquer tempo prova do atendimento, devendo à empresa apresentá-los em um prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação formal, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades nele previstas.
- 8.1.16. É responsabilidade exclusiva da contratada a total qualidade dos serviços prestados bem como o ressarcimento por qualquer dano proveniente direta ou indiretamente da má qualidade dos mesmos.
- 8.1.17. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou Autoridade Superior previstos no art. 137, II, da Lei n. 14.133, de 2021 e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 8.1.18. Cumprir com os prazos de entrega estabelecidos.
- 8.1.19. Responsabilizar-se pela fabricação, entrega e instalação dos móveis garantindo a qualidade nos mobiliários e cumprindo com os prazos estabelecidos.
- 8.1.20. Deslocar-se até o Centro Educacional Professor José Arlindo Winter para tirar as medidas, de todos os itens, pois as mesmas são somente aproximadas e os mesmos devem ser fabricados sob medida.
- 8.1.21. Prestar garantia mínima de 12 (doze) meses a partir da data da entrega/instalação.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. A Contratante obriga-se a:
- 9.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.



9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

9.1.3. Comunicar à proponente vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da proponente vencedora, através de comissão/servidor especialmente designado.

9.1.5. Efetuar o pagamento à proponente vencedora no valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.1.6. Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela proponente vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da proponente vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.1.7. Observar para que, durante o fornecimento do objeto, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.8. Emitir a Solicitação e a respectiva Autorização de Fornecimento à contratada, para que proceda a efetiva entrega do objeto.

10. MEDIDAS ACAUTELADORAS

10.1. Consoante o artigo 45 da Lei n 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Designa os fiscais indicados no Decreto Municipal n. 50/2024 de 15 de fevereiro de 2024, sendo a servidora **CRISTIANE SALETE HOFFMANN DA COSTA**, e no caso de seu impedimento, a servidora **MARILUCI SORDI KLEIN** para acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da prestação dos serviços, os quais ficarão responsáveis pelo encaminhamento da autorização de pagamento junto ao setor de contabilidade do Município.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993.

11.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133, de 2021, quais sejam:

12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133, de 2021, quais sejam:

12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.



12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 12.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

Capital Catarinense do KerbFest

fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n. 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei n. 9.784, de 1999.

12.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

13. DA GARANTIA

13.1. A contratada deverá prestar garantia mínima de 12 (doze) meses a partir da data da entrega/instalação.

13.2. Durante o período de garantia, o fornecedor ficará obrigado a efetuar, às suas expensas, a substituição ou reparo de todo e qualquer componente que apresente defeito de fabricação, regularmente constatado.

14. DAS AMOSTRAS

14.1. Para o presente processo de licitação não se faz necessário o envio de amostras.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

16. DO TERMO DE ACEITE

16.1. Declaro, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021, que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse Processo Licitatório, acompanhando e anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que se fizer necessário à regularização das faltas ou defeitos para exigir seu fiel cumprimento.

Nome do Fiscal titular: **CRISTIANE SALETE HOFFMANN DA COSTA**

Cargo/função: Diretor de Escola

Matrícula: 397

Unidade: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Assinatura do fiscal titular: _____

Nome do Fiscal suplente: **MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL**

Cargo/função: Secretária de Administração e Finanças

Matrícula: 1389

Unidade: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Assinatura do fiscal suplente: _____

Município de Peritiba – SC., 18 de abril de 2024.

LUCIANA NILSON

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Turismo